

Crédito oficial só *Divida externa* com acordo no FMI

por Paulo Sotero
de Washington

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, procurou ontem minimizar a importância da decisão do Clube de Paris de não ratificar o acordo de reescalonamento de US\$ 500 milhões do principal da dívida oficial, relativo ao primeiro semestre deste ano, afirmando que ela era esperada pelo governo brasileiro e "é um fato lateral, que não terá nenhuma consequência para as negociações" com os credores privados.

"Rompimento não é a palavra certa" para descrever o que houve, afirmou Bresser Pereira. Segundo ele, "não houve novidade sobre o Clube de Paris, pois nós já esperávamos que isso acontecesse". O ministro explicou que os credores oficiais haviam concordado em renegociar por antecipação os vencimentos do principal da primeira meta de 1987 "ad referendum" de um acordo entre o Brasil e os bancos comerciais e de um relatório favorável do Fundo Monetário Internacional (FMI). "Nós obtivemos um relatório bastante favorável do FMI mas não fizemos o

acordo com os bancos. Então, eles não reestruturaram nossa dívida", afirmou o ministro.

"E pena que as agências oficiais de exportação (Eximbanks) continuarão fechadas para o Brasil", acrescentou, indicando uma consequência óbvia da não ratificação do acordo. "Mas isso aconteceria em qualquer hipótese. Está muito claro que eles (os credores oficiais) só vão abrir as agências depois de um acordo com o FMI."

Como não há nenhum espaço político no Brasil para o governo negociar um acordo com o FMI antes da promulgação da nova Constituição e de um esclarecimento do quadro político, Bresser Pereira indicou que, até lá, as relações com o Clube de Paris ficarão no limbo. "Nós não vamos pagar o Clube de Paris se eles não desembolsarem dinheiro para nós (através das agências oficiais)", disse o ministro. "Nós não vamos continuar pagando o principal, só os juros." Até o fim do ano, o País acumulará um total de US\$ 1,063 bilhão de vencimentos de principal não pagos e não reescalados com os credores oficiais. Dos US\$ 500 milhões relativos ao primeiro

semestre, o primeiro pagamento, de um terço do total, deveria, teoricamente, ter sido realizado em fins de julho. O segundo, no mesmo valor, vence hoje. O terceiro, torna-se exigível no último dia do ano.

Em relação aos credores privados, o ministro da Fazenda afirmou que, nos encontros que tem tido com seus representantes, tem colhido opiniões favoráveis a que se espere até o fim dos trabalhos da Constituinte antes de tentar um acordo de grande escopo. "Eles também não estão com muita pressa."

"Para o Brasil, o fundamental não é fazer um acordo

(Continua na página 22)

O Brasil vai enfrentar sérios problemas para conseguir desenvolver um programa mais ambicioso de empréstimos junto ao Banco Mundial (BIRD). Segundo uma alta fonte brasileira, o BIRD alega problemas técnicos, a fim de proteger a aprovação de empréstimos. Porém, de acordo com a fonte, o problema é político: o BIRD espera que primeiro o Brasil acerte com os bancos privados.

(Ver página 22)

Crédito oficial só com...

por Paulo Sotero
de Washington

965
(Continuação da 1ª página)

rápido, mas fazer um acordo que realmente represente uma vanço em relação aos acordos feitos pelas Filipinas, pelo México e pela Argentina. Esses países estão profundamente insatisfeitos (com a estratégia atual da dívida). Por isso, a nossa proposta de transformação de parte da dívida em títulos é importante porque pressupõe uma no-

va etapa de negociação". Sobre dois problemas mais imediatos da busca de um entendimento com os credores privados, Bresser reafirmou que a atitude do governo brasileiro é firme, mas contém espaço para flexibilidade. "Estamos dispostos a negociar. E negociar implica em que haja concessões dos dois lados. Nós estamos dispostos a isso".

Nessa linha, o governo brasileiro parece já ter

adotado uma disposição de realizar um pagamento simbólico, de um valor não ainda estimado, a título de demonstração de boa vontade, caso haja um movimento igualmente significativo por parte dos credores. Mas, como Bresser explicou ontem a um grupo de representantes de bancos brasileiros, que foi manifestar a ele seu apoio à idéia do pagamento simbólico, o governo só dará esse passo se os banqueiros "a-

vançarem". Ele não definiu que concessão espera dos banqueiros.

O ministro procurou não criar expectativas sobre o encontro dos representantes do governo com o comitê de bancos credores, em Nova York, quando os banqueiros provavelmente farão sua contra-oferta. "Ninguém acha que sexta-feira nós vamos fechar a negociação. Nós vamos negociar por muito tempo com os bancos", disse ele.